



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 85ª  
(OCTOGÉSIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
EM 4 DE OUTUBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão a V.Exa. para que cada Parlamentar, depois do que foi decidido no Colégio de Líderes, que votaríamos os projetos dos Deputados, pudesse indicar à Mesa um projeto que esteja na pauta – Deputado que esteja presente no plenário – e aí iniciaremos as votações, depois das falas, dos itens que forem indicados pelos Deputados, para que haja justiça e que todos os Deputados possam ter aprovados, nesta terça-feira, pelo menos um projeto. Se formos seguir a sequência, haverá Deputados que terão muitos projetos aprovados e outros que não terão nenhum. E, muitas vezes, aqueles Deputados que estão aqui, que dão quórum sempre, podem sair prejudicados.

Então, minha sugestão a V.Exa. é que cada Parlamentar que esteja presente no plenário indique um projeto que esteja na pauta, desde que tenha tramitado em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

todas as comissões, tenha sido aprovado em todas as comissões, e aí possamos dar início ao processo de votação, sendo que cada Parlamentar indique um projeto que esteja na pauta.

Só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato o pedido de V.Exa. Solicito à assessoria dos Deputados que indiquem o item da pauta a ser votado hoje.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar as famílias dos policiais militares que estão aqui, agradecer a presença de vocês, em nome de toda a Casa, dos 24 Parlamentares. E dizer para vocês que, da minha parte, acho que cada um aqui vai, podem contar com a minha ajuda para a assistência médica, porque, se não fossem vocês, o que seria da nossa segurança.

Então, era isso que eu queria dizer a vocês mães de famílias que estão aí pedindo ajuda. Muito obrigada a vocês por estarem aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dá-se início ao  
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu apoio aqui à luta das famílias da PM, dos bombeiros, sobretudo no que diz respeito à saúde. Coloquei-me à disposição das lideranças no que diz respeito ao debate do Fundo Constitucional do Distrito Federal porque é de lá que deveria ser a fonte da provisão dos recursos para efetivar esse plano de saúde.

Sr. Presidente, eu quero trazer aqui à Casa a compreensão da bancada do Partido dos Trabalhadores no que diz respeito ao projeto de lei aprovado na semana passada. Ao aprovarmos essa emenda, entendíamos que as organizações sociais, como instrumento de substituição dos servidores públicos, estariam obstruídas.

A bancada, então, apresentou a Emenda nº 4 ao Projeto de Lei 1.271, de 2016, que alterava as leis de diretrizes orçamentárias de 2016 e 2017. A Emenda nº 4, de autoria da bancada, foi aprovada por unanimidade no dia 27 de setembro de 2016, com a presença de 16 Deputados. A emenda revogou a autorização dada ao Governo do Distrito Federal para que contratasse, em 2016 e 2017, organizações sociais para a substituição de servidores na área de saúde sem a necessidade de contabilização como despesa de pessoal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

O texto contratar ou dar aumento aos servidores públicos do Distrito Federal foi o texto que o governo revogou e poderia, então, contratar por fora as organizações sociais. O texto da emenda, que se transformou no art. 7º, diz: "revogam-se as disposições em contrário, em especial o § 2º, do art. 53, da Lei nº 5.514, de 3 de agosto de 2015 e o § 2º, do art. 51, da Lei nº 5.695, de 3 de agosto de 2016".

A regra disciplinada pelos dispositivos revogados é: Não se consideram como terceirização de mão de obra, para efeito do *caput* deste artigo, as despesas contratadas mediante participação complementar da iniciativa privada na prestação dos serviços de saúde pública, na forma da Lei federal nº 8.080, de 1990.

No último dia 30 de setembro de 2016, o Governador publicou a Lei nº 5.718 vetando as emendas que determinavam, de forma expressa, a contabilização das organizações sociais, como despesa de pessoal, mas se esqueceu de apor veto à cláusula de revogação.

Nesse sentido, com a revogação da autorização, prevalece a Decisão nº 2753, de 2015, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que determina que a despesa nas contratações de organizações sociais, "quando a mão de obra envolvida na execução desses ajustes configurar a substituição de servidores e empregados públicos", seja obrigatoriamente computada para fins de Lei de Responsabilidade Fiscal. Na prática, o governo de Brasília está impossibilitado de contratar organizações sociais para a substituição de servidores enquanto não estiver abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores entendeu que a contratação das organizações sociais fora dos limites das despesas de pessoal é uma afronta aos servidores públicos que se encontram em mora em seus direitos trabalhistas já aprovados. O entendimento em contratar as organizações sociais "por fora" afasta o Distrito Federal cada vez mais da possibilidade em quitar os passivos remuneratórios com as categorias que foram prejudicadas. Ainda mais grave seria a possibilidade de efetivar novos contratos, com clara quebra de cronologia de direitos, criando tratamento diferenciado às organizações sociais em detrimento aos servidores públicos.

Considerando que o Tribunal de Contas do Distrito Federal ainda pode rever o entendimento acerca das organizações sociais, é importante que trabalhemos pela derrubada dos vetos às emendas que proíbem de forma expressa a contratação de organizações sociais pelo Distrito Federal, enquanto ultrapassado limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, ainda eu gostaria aqui de trazer uma rápida consideração sobre o projeto encaminhado pelo governo a respeito das alternativas de lotes para poder quitar a dívida com o IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. Como todos se lembram, esta Casa aprovou uma lei que viabilizou ao Governo do Distrito Federal, no final do ano passado, a utilizar um montante de 1



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

bilhão e 250 milhões de reais; uma lei chamada Lei Complementar nº 899, de 30 de setembro de 2015, exatamente há um ano. A Terracap apresentou um segundo projeto, e nós fizemos duas considerações, Sr. Presidente. A primeira delas diz respeito à empresa e seu papel como acionista por parte do Governo do Distrito Federal de 51%, e sendo a União proprietária de 49% dessas ações, é necessário que a Terracap, ao encaminhar uma lista de imóveis a serem transferidos pelo Iprev, obtenha anuência do conselho de administração daquela empresa, porque é o Conselho de Administração da Terracap que responde pelo patrimônio integral daquela empresa. É uma das observações. Nós remetemos algumas ponderações, Deputado Prof. Reginaldo Veras, na forma de ofício à Terracap.

Eu quero abordar o segundo assunto e quero agradecer a alguns Deputados que se empenharam neste debate, Deputado Bispo Renato Andrade. O governo havia criado anos atrás – não este governo, mas o de anos atrás – várias unidades imobiliárias dentro do Parque do Gama. Ocorre que, posteriormente, o governo fez um decreto suspendendo a criação dessas unidades imobiliárias. Mas os registros já tinham sido processados, portanto, para todos os efeitos, já estavam com esses imóveis constituídos. Ao mesmo tempo, este Governo Rollemberg passou a fazer vários investimentos na área do Parque do Gama – investimentos, Deputado Agaciel Maia, que inclusive contou com seu apoio, superior a 3 milhões de reais. Esses imóveis foram reconhecidos pelo Governador ontem como sendo impróprios a serem transferidos ao Iprev, Deputada Luzia de Paula. Então, o Governador, atendendo a um apelo feito por meio de uma mensagem nossa, acolheu o entendimento, está apresentando um novo conjunto de imóveis a serem apreciados nesta Casa para transferência para o Iprev. Mas é necessário, Deputado Bispo Renato Andrade, equacionar a matéria no interior da Terracap para que não estejamos nós nem o Governo do Distrito Federal entregando para o Iprev um conjunto de imóveis que depois pode ser alvo de um litígio de caráter judicial.

Sr. Presidente, são esses dois comunicados que quero deixar com a Casa, ponderando, portanto, à reflexão, seja da questão dos imóveis para o Iprev e da questão da Terracap, seja com relação à contratação das OS no sistema de saúde do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, eu cedo a minha palavra ao nobre Líder Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas quero registrar, com muita satisfação, a presença do Deputado Geraldo Naves. Nós gostaríamos de realçar essa presença.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Registro a presença do Deputado Geraldo Naves.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. De igual modo, quero registrar e agradecer a presença do nosso amigo Geraldo Naves, um grande companheiro que tem feito um trabalho espetacular em defesa da população.

Sr. Presidente, ontem eu me reportei a V.Exa. e a minha intenção era até não trazer esse assunto ao Plenário, mas ontem eu acho que a situação se agravou quando o Governador do Distrito Federal chamou alguns Deputados para uma reunião, Deputados esses que compõem a CPI da Saúde. Foram os membros. Isso me deu muita tranquilidade porque eu conheço a integridade moral desses Parlamentares. Esse não é o problema. Contudo, quero relatar minha solicitação, minha comunicação, e que pedi que V.Exa. comunicasse a todos os demais Deputados. Comuniquei isto a vários órgãos. Na semana passada, quinta-feira, por volta de 12h30min, eu recebi uma ligação do Sr. Governador extremamente exaltado. Deputado Chico Leite, V.Exa. que é Promotor de Justiça conhece muito bem situações como essa e a gravidade dela.

Chamou-me a atenção, primeiro, o desequilíbrio do Sr. Governador; depois, sobre o que ele tratava. Ele me atacava pessoalmente por uma decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que, naquele dia, Deputado Bispo Renato Andrade, afastou um senhor que compunha o Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Quero deixar bem claro que o relatório da CPI da Saúde saiu daqui no dia 23 de agosto, tramitou no Tribunal de Contas e só na quinta-feira passada é que ele teve resultado. O Tribunal de Contas decidiu, por meio do pleno, depois de uma denúncia aparentemente muito bem fundamentada da Sra. Procuradora Dra. Cláudia, por unanimidade, afastar o Sr. Renilson. Aí, o Sr. Governador entendeu que havia uma perseguição a esse senhor e começou a fazer ameaças ao Presidente da CPI, começou a fazer ameaças aos policiais – o que, para mim, Deputada Celina Leão, é o mais grave de tudo.

Eu não tenho medo de ameaças. Disse isso ao Governador: que não tinha medo de intimidações, até mesmo porque o trabalho nosso é sério. O trabalho que a CPI faz hoje não me tira o sono porque nada é feito lá, Deputado Bispo Renato Andrade, sem que não haja fundamento. Eu pedi isso a cada colega. Existem vários servidores de carreira que compõem hoje a CPI, e todos são testemunhas de que eu jamais admiti que uma única vírgula entrasse em qualquer relatório sem que tivesse todo o fundamento. Não existe uma só leviandade! Tenho a consciência tranquila disso. Então, não permitirei que nós sejamos atacados e que policiais que investigam supostos crimes ou irregularidades sejam ameaçados. Não serei intimidado, e nosso trabalho vai continuar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Estamos dispostos, Deputada, a ouvir as pessoas. Por coincidência, Deputada, naquele dia, depois de tomar todas as providências que assim determina o Regimento, coincidentemente, eu recebi o Sr. Renilson, a Sra. Hilda e o Sr. Newton Alarcão – todos os três investigados pela CPI – no meu gabinete, tendo como testemunha o Secretário-Geral da CPI, que é servidor de carreira desta Casa; um Procurador desta Casa também; e muitas outras pessoas para que não houvesse dúvida, Deputado Chico Vigilante, da lisura e da transparência do nosso trabalho, porque nós não queremos que haja dúvida nenhuma, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

O Sr. Governador poderia ter me ligado, me chamado para conversar e me apontado o que ele entende por equívoco. Contudo, ligar transtornado, fazendo ameaças e tentando me intimidar com ameaças a policiais, nós não aceitaremos. Vou adotar – e já adotei – várias providências.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Wellington Luiz, o que V.Exa. traz a este Plenário aqui nesta tarde é de uma gravidade! Talvez todos nós que somos Deputados aqui já soubéssemos que essa CPI realmente mexeria com as entranhas do Distrito Federal. O que a gente não imaginava era que o chefe de um estado, um governador, teria coragem de pegar o telefone e ameaçar o presidente de uma CPI, ameaçar delegados que compõem a CPI, ameaçar policiais civis que estão fazendo o trabalho de uma CPI. E aí, Deputado Wellington Luiz, o que fica muito claro é que todas as manobras que foram possíveis, impossíveis, até conluios políticos de alguns Deputados distritais junto com o Governador para tentar desmoralizar esta Casa, foram feitos. Basta V.Exa. ler os inquéritos que estão na operação Drácon. São quinhentas folhas citando o Governador e o esquema que estaria lá dentro.

O Governador pegar o telefone e ameaçar o presidente de uma CPI que o está investigando, que investiga o seu governo, a gestão da saúde, é tão grave quanto a obstrução da Justiça. É tão grave quanto deletar 50 mil arquivos, e é tão grave quanto mentir em testemunhos. É muito grave, Deputado. O que está acontecendo no Distrito Federal é uma vergonha.

A maioria dos membros da CPI é da oposição, que estavam com vontade de investigar e tinham materialidade – têm materialidade – para investigar muitas coisas, são ameaçados por um chefe de estado por telefone. Se este Poder aqui, se os Deputados – não só os membros da CPI, mas os que não são membros da CPI – não se colocam de pé para defender esta instituição, pessoas que fazem parte deste Poder nem mereciam estar aqui porque não respeitam este Poder. Vendem-se por migalhas, conluíam com pessoas por migalhas porque não têm perspectiva política.

Então, Deputado, acredito que V.Exa. tomará as providências necessárias. Nós sabemos, eu era presidente à época, o Deputado Lira foi um grande guerreiro e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

teve que enfrentar o governo para realmente instalar essa CPI. Quero parabenizar V.Exa. pela coragem de conduzir a CPI, por estar investigando e não fazer um corte na CPI. Quero parabenizar também o Deputado Wasny de Roure, que tem feito um excelente trabalho à frente da CPI, convocando várias pessoas que são importantes para elucidar os fatos. Essa CPI tem que chegar ao final, para esclarecer todos os supostos indícios de irregularidades que aí estão, mas o comportamento do chefe de estado deixa a desejar.

Estão aqui vários outros Deputados: o Deputado Raimundo Ribeiro, que é advogado; o Deputado Bispo Renato Andrade; o Deputado Julio Cesar; o Deputado Agaciel Maia também. Eu acredito que cabe, inclusive, uma representação por escrito desta Casa – se a Casa não assumir esse ônus, Sr. Presidente, que pelo menos a CPI assuma – aos poderes, ao Ministério Público, ao STJ, à Polícia Federal. Que as providências sejam tomadas para que os poderes possam funcionar – o Poder Executivo lá, no lugar dele; o Poder Legislativo aqui, no seu trabalho – e a gente possa elucidar isso o mais rápido possível. Sabe por que, Deputado? A verdade pode demorar um pouco, mas ela é irreparável. Ela chega, e os mentirosos, as pessoas que tramaram, as pessoas que já têm um passado muito obscuro realmente vão ter que responder, junto com esse governo aí, a toda ameaça a essa CPI.

Parabenizo V.Exa. pelo trabalho que vem fazendo à frente da CPI. Conte com minha solidariedade.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, estou ouvindo o relato de V.Exa., e com a franqueza que sempre tem me caracterizado, eu devo dizer aqui – estou falando do fundo do coração, sem rebuscar muita elegância no linguajar –: que ele é preguiçoso e lerdo, eu já sabia; agora, que é doido, ou que está endoidecendo, eu realmente não sabia.

Esse ato, parece-me, pelo que V.Exa. relatou, foi testemunhado por inúmeras outras pessoas que o acompanhavam no almoço. Não precisa nenhum esforço para saber que esse ato é uma tentativa ilegal de obstrução dos trabalhos da CPI. Parece-me que está bem tipificado. Por que isso acontece, nós ainda não sabemos. Pode ser que tenha a ver com a prisão daquele rapaz em Manaus. Pode ser também que tenha a ver com o avanço das investigações, inobstante a Procuradoria-Geral da República ter devolvido os autos em que existem inúmeras citações. Todos nós que tivemos acesso aos autos sabemos que são mais de três dezenas de citações ao Governador Rodrigo Rollemberg, e até a familiares. O que a Procuradoria-Geral da República fez foi devolver, recomendando que se investigue mais. Em momento algum deu uma certidão de canonização dele. É importante que isso fique muito claro. O que não dá é o Distrito Federal permanecer dessa forma. Quer dizer, está tão evidenciada a tentativa de obstrução dos trabalhos da CPI, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

é escandaloso. Isso requer uma providência. E a providência – se me permite aqui o Presidente em exercício, o Deputado Juarezão – é uma comunicação imediata. Eu até acho que caberia uma interdição desse rapaz. Eu até acho que ele poderia e deveria ser interdito, não apenas pela incompetência, mas também por esse tipo de atitude. De toda sorte, Deputado Wellington Luiz, conte com a nossa solidariedade. Saiba que é imperioso, e exija que esta Casa tome as providências devidas, porque a CPI não é de um Deputado, não é de dois Deputados. A CPI é da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que foi afrontada por esse rapaz que hoje ocupa a governadoria do Distrito Federal.

Então, fica aqui o nosso apelo, Sr. Presidente, no sentido de que as providências junto aos órgãos de controle sejam adotadas no tempo devido, porque não vai adiantar nada tomar uma providência daqui a tantos dias. Tem que ser imediata, a resposta tem que ser imediata.

Agradeço ao Deputado Wellington Luiz ter me permitido fazer esse aparte e reafirmo: acho que se deve buscar um mecanismo de interdição desse rapaz que, parece-me, não está batendo bem as bolas.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro. Informo a V.Exa. que, no momento em que recebi a ligação dele, além da companhia da minha esposa, eu estava na companhia de quatro delegados de polícia. Ou seja, eu jamais acusaria o Governador se não tivesse certeza absoluta do que estou dizendo. Quem me conhece sabe que eu trato as coisas com muito zelo e com muito respeito. O relatório que o Governador acusa está assinado pelos policiais. Os policiais colocaram seus nomes embaixo, Deputado Ricardo Vale, porque não se acovardaram. Não é um relatório anônimo não. Eu assinei o relatório, encaminhei, porque nós não temos medo do que nós fazemos, porque temos a tranquilidade de todos os nossos atos. Não se admite, em hipótese alguma. Podemos ser contestados sim, Deputada. É natural que, num processo de investigação, você seja contestado, e estamos prontos para isso. Eu franqueei, pedi à CPI que desse toda a documentação às pessoas que estão sendo investigadas. Agora, o que não se admite é que o chefe do Executivo tente interferir. Isso nós não admitiremos. E bem disse o Deputado Raimundo Ribeiro, eu espero que esta Casa adote todas as providências, porque a CPI vai adotar. Já comuniquei à Procuradora do Ministério Público de Contas, ao Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal. O ato do Sr. Governador é vinculado àquela decisão, e vou comunicar ao Procurador-Geral do Ministério Público, porque se faz necessário. Não que eu esteja intimidado com as ameaças do Sr. Governador, porque estou acostumado a lidar com situações de pressão e muito mais. Passei trinta anos na segurança pública lidando com bandidos. Então, não tenho medo de ameaças, de intimidações e de pressões. Agora, quando se ameaça levar policiais para a Corregedoria, usando a máquina do governo para intimidar quem está trabalhando, isso nós não vamos admitir. Espero que esta Casa também não se cale, inerte, diante de fatos tão graves como esse.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

E volto a dizer: eu não tinha interesse de vir ao plenário hoje para me manifestar não fosse a atitude do Sr. Governador em chamar ontem os Deputados que compõem a CPI, numa tentativa de desvirtuar os fatos, com certeza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho dois assuntos específicos.

O primeiro diz respeito a um parecer sobre o Refis. Eu fui surpreendido com a notícia de uma ação de improbidade contra mim e contra o Deputado Prof. Israel por um parecer dado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a um programa de refinanciamento de dívidas. É importante dizer que Refis não é a dispensa do imposto. Refis é a dispensa da multa. A primeira coisa que nós temos que fazer é rever essas multas e juros, que são absurdos. Quando alguém deixa de pagar o IPTU ou o IPVA ou o próprio comerciante deixa de pagar o ICMS ou algum outro imposto, é porque ele não está em condições de pagar naquele momento. Se for o IPTU ou o IPVA, pode ser que ele esteja desempregado e não tenha o dinheiro para pagar. Quando ele tem as condições de pagar, não é correto que ele pague com juros e multas escorchantes, se nos últimos dez anos, conforme levantamento do Deputado Rafael Prudente, já foram feitos onze programas de Refis. Para que o governo envie um programa de Refis à Câmara, ele tem que estar aprovado no Confaz, que é o Conselho Fazendário de todas as unidades da Federação. Ora, o parecer de um Deputado é simplesmente uma opinião escrita a respeito de um determinado assunto, que depois é submetido à aprovação da comissão e depois submetido à aprovação do Plenário. É um direito constitucional o Parlamentar emitir opinião, seja ela por escrito – no caso o parecer – ou por meio da voz, que é a palavra usada aqui no plenário – e olhem que o parecer foi sobre a redação original do projeto, nem emenda nós apresentamos.

O que eu quero dizer é que, apesar de ser revoltante, apesar de fazer a desconstrução da imagem do Parlamentar – porque o que passa, Deputado Chico Leite, é que ação de improbidade é uma coisa ruim –, eu não vou representar contra o promotor no Conselho do Ministério Público. Eu vou simplesmente fazer a minha defesa por escrito, porque nós sabemos muito bem que, quando você representa, em vez de ter uma discussão jurídica com um promotor específico, você coloca a corporação toda contra você.

Então, vou fazer minha defesa, quando for citado, apenas dizendo que eu usei o direito constitucional e a prerrogativa de Deputado de emitir uma opinião, opinião essa submetida à comissão e submetida ao Plenário. É lógico que, se o Ministério Público achar que alguma lei não está correta, ele tem o direito de entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei, mas ação de improbidade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

contra o Parlamentar por uma opinião ou uma fala, eu achei um pouco exagerado, mas respeito. Vou me defender.

O segundo aspecto sobre o qual vou falar é que nós temos uma solução para o plano de saúde dos policiais militares. Nós temos aqui, Deputado Chico Leite, nove Parlamentares, que, em decorrência dessa conjuntura de suspeição sobre as emendas, resolveram não fazer nada com a destinação dos recursos a que eles têm direito pela Constituição. O governo assume o compromisso de, se esses Parlamentares destinarem essa verba de 20 milhões para a reserva de contingência – portanto, fica imune a qualquer suspeição –, fazer a destinação para a Polícia Militar.

Então, Deputada Telma Rufino e demais Parlamentares que estão à frente dessa demanda de vocês – eu estou apenas como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, como economista e especialista em Orçamento dando uma solução para o caso –, juntem esses Parlamentares que estão listados aqui para fazer o compromisso de que eles farão a destinação das emendas deles para a reserva de contingência do governo, para o governo fazer a destinação para o plano de saúde dos policiais militares. A solução está aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu quero cumprimentar aqui a Associação dos Policiais Militares e as esposas desses policiais. Sejam bem-vindos a esta Casa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Outro assunto, Sr. Presidente.

Presidente Deputado Juarezão, conforme encaminhamento feito no Colégio de Líderes, ficou acordado que votaríamos os projetos dos Deputados presentes que estejam na pauta, um de cada um, conforme já é tradição na Casa, e também o projeto da área de domínio do DER – por isso o Diretor Ludovice está aqui. Então, que possamos também votar esse projeto do governo que está na pauta.

Era isso o que eu tinha para falar hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Agaciel Maia, a última decisão da reunião de Líderes foi para votarmos amanhã, porque a reunião vai ser amanhã de manhã no gabinete do Deputado Raimundo Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sras. e Srs. Parlamentares.

Hoje, ainda que eu não seja da área do direito, vou pedir licença a todos para trabalhar aqui, rapidamente, um tema do direito em virtude de dois acontecimentos recentes que eu vou classificar como a República Candanga, Deputado Delmasso. Vou pedir licença para falar do princípio da separação dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

poderes em corrente tripartite. E, se eu me equivocar em algum termo jurídico, por favor, peço perdão aos colegas dessa área.

A separação dos poderes é um tema trabalhado historicamente por juristas, filósofos e pensadores. Platão, Aristóteles, Locke, Montesquieu, todos trabalharam esse tema. Ele voltou à tona no debate aqui no Distrito Federal e já foi abordado aqui por outros colegas. E aí, veja bem, o Ministério Público, em virtude de uma decisão... O Ministério Público não – faço questão de corrigir –, um integrante do Ministério Público, que tem autonomia constitucional e funcional – nós sabemos disso –, resolveu acionar dois Parlamentares desta Casa em virtude do voto dado aqui em relação à questão do Refis. Olha, está claramente expresso na Constituição Federal que o Deputado tem livre atuação de palavra, de pensamento e de voto. E, no dia em que nós perdemos essa liberdade, é melhor fecharmos o Poder Legislativo, alterarmos a estrutura republicana e acharmos uma nova forma de organização do Estado. É um absurdo o que foi feito aqui por esse integrante do Ministério Público em relação ao Governador, por ter encaminhado, exercendo sua função constitucional, e em relação aos Deputados Agaciel Maia e Deputado Prof. Israel, que pertencem ao meu bloco. Não podemos admitir, sob o risco de, aí sim, aumentarem os questionamentos para o fechamento desta Casa, por não considerarem sua importância. E digo mais ao nobre promotor do Ministério Público: quer governar? Quer exercer o trabalho legislativo? Candidate-se, obtenha votos e venha aqui participar do processo legislativo.

Dentro da mesma linha – e aqui eu quero ser solidário ao Deputado Wellington Luiz –, também não é republicano, dentro da separação dos poderes, que o Governador, num momento de impetuosidade – vou considerar assim –, ligue para S.Exa. para pressionar em relação a algum trabalho da CPI. Não pode. A CPI é um órgão independente do Poder Legislativo que não pode se submeter à pressão de outros poderes, seja o Judiciário, seja uma entidade como o Ministério Público, que não é poder, mas, às vezes, acha que é, seja, muito menos, o nosso Governador. Então, eu espero que isso não volte a acontecer. O trabalho parlamentar não pode ser influenciado por outros poderes, senão pela forma republicana, por meio do diálogo, do debate e do respeito aos poderes republicanos constituídos.

Fica aqui a crítica, fica aqui a declaração de apoio aos nobres Parlamentares acionados por esse integrante do Ministério Público.

Obrigado, senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADA LILIANE RORIZ (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Exmos. Srs. Deputados, amigos da imprensa, assessores, servidores. Boa tarde a todos.

Eu gostaria de pedir a atenção de todos vocês para estas manchetes que foram publicadas pela imprensa. Jornal *O Globo*: "DF e 18 estados têm menos leitos de UTI na rede pública do que o recomendado". Entre as capitais, três não atingem esse índice: Macapá, Boa Vista e Brasília, que tem menos de um leito por 10 mil habitantes. Portal *GI*: "DF tem pior nº de leitos do SUS por 800 habitantes, diz levantamento". Bebê que aguardava na UTI morreu. Portal *Metrópoles*: "Servidor da Secretaria de Saúde morre à espera de leito em UTI. De acordo com a família do técnico de gesso, não houve negligência, mas falta de estrutura hospitalar." Ele morreu dois dias depois de dar entrada no Hospital Regional de Taguatinga. *Blog do Noblat*: "Governo do Distrito Federal descumpra ordem da Justiça para internar em UTI desempregado que agoniza há três dias". Ele morreu. *Rede Globo*: "Mesmo com decisão judicial favorável, 24 esperam vagas em UTI no DF. Desse grupo, 14 pacientes são adultos e 10 são crianças, diz secretaria. Rede pública possui 406 leitos de UTI". *Jornal de Brasília*: "Segundo o relatório de atividades da própria Secretaria de Saúde, 169 pessoas já morreram à espera de leitos de UTI em Brasília". *Portal da EBC*: "País perdeu mais de 23 mil leitos na rede pública em cinco anos, diz CFM." O Presidente do Conselho, Carlos Vital, diz que falta financiamento e gestão dos recursos destinados à saúde. *Correio Braziliense*: "DF perde 571 leitos nos hospitais públicos e particulares da Capital Federal. Enquanto a população cresceu mais de 13%, o recuo no número de leitos foi de 8,3%."

Os exemplos, Deputado Chico Leite, que eu trouxe aqui são apenas alguns dos muitos que lemos todos os dias nos jornais, dos muitos que vemos todos os dias nas TVs, Deputado Chico Vigilante, dos muitos que ficamos sabemos quando abrimos a internet e dos muitos que ouvimos de pessoas que nos procuram em nossos gabinetes ou que nos encontram nas ruas. Pessoas que, no auge do desespero, seguram-nos pelas mãos como se fôssemos a última alternativa, Deputado Delmasso, do problema que estão passando na família.

Falam que a saúde pública do Distrito Federal agoniza, e a espera de melhorias já se tornou redundante. Dizer que a saúde pública do Distrito Federal está na UTI é quase uma frase feita. E o pior: frase feita e sem efeito. Afinal, as manchetes que eu li aqui agora mostram que os leitos de UTIs não atendem nem os pacientes que esperam um lugar. Quem dirá se sobrar um para internar a própria saúde pública.

Nós, Deputados Distritais, Deputado Joe Valle, também temos um papel importante e fundamental para salvar a saúde pública desse túnel sem luz onde ela se encontra. Não apenas criar leis, que é uma das nossas prerrogativas, porque leis são criadas, Deputado Chico Leite, mas não terão efeito se não forem cumpridas.

Aqui quero citar um exemplo de uma lei de minha autoria que existe desde 2013 e que foi preciso que o Ministério Público exigisse que o governo a cumprisse,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

como é o caso da Lista Limpa da Saúde. Eu apresentei o projeto nesta Casa. Nós aprovamos. O projeto virou lei ainda no governo passado, do Governador Agnelo. O que determina essa lei? Determina que todos os dados da saúde pública do Distrito Federal devem estar divulgados na internet para que o cidadão possa saber e acompanhar. Ou seja, a quantidade de leitos de UTI disponíveis em cada unidade de saúde deveria estar na internet, Deputado Juarezão. Também deveriam estar na internet o estoque de remédios disponíveis, a lista de médicos em cada período da escala, as especialidades médicas e os exames ofertados. Tudo isso deveria estar na internet, mas não está.

Além de apresentar um projeto e trabalhar para que ele vire lei e beneficie a população, o que mais podemos fazer para salvar a saúde pública? Verificar e exigir que as leis sejam cumpridas. Outra de nossas atribuições é a fiscalização. Cobrar, exigir, fiscalizar, apontar erros, nada disso é contribuir com o caos, nem é aumentar a insatisfação da opinião pública com o sistema de saúde, é dever do legislador, é tarefa que nos foi dada quando recebemos o voto do povo que confiou em nós. Confiou para fiscalizarmos se o dinheiro público está sendo bem investido e para cobrarmos que a população realmente seja beneficiada. Senão, Deputado Agaciel Maia, cairemos no senso comum de que só buscamos a população quando precisamos do voto dela e que não damos nada em troca. Eu tenho certeza de que não é isso que acontece dentro desta Casa.

Precisamos nos lembrar, ainda, de que a resolução que rege a ética e o decoro parlamentar determina os deveres de um deputado. E um dos deveres é o de "combater e denunciar o clientelismo, o empreguismo e a corrupção, em todas as suas formas". Sendo assim, em nossa constante tarefa de fiscalizar, nós não podemos fechar os olhos para erros que por ventura vemos ou sabemos que são cometidos e que podem gerar danos à população, principalmente quando tocamos na maior ferida exposta de todas, que é a saúde pública, onde o serviço não é prestado como deveria ser, por parte do Estado; onde 225 leitos estão bloqueados, no Distrito Federal, por falta de recursos para manutenção – 97 desses 225 são UTIs –; onde a demanda por UTI e atendimento nos hospitais cresce enquanto a oferta míngua; onde a lista de espera por uma cirurgia eletiva só aumenta, castigando a população; onde, em cinco anos, 467 vagas de internação deixaram de existir na rede pública do DF, que é para onde recorrem 75% da nossa população. Os dados estão na reportagem do *Correio Braziliense* de 19 de setembro.

Fechar os olhos para isso seria desumano da nossa parte. Seria também negligência. Seria como dizer para a população que, sim, caímos no senso comum e não podemos mais dar nada em troca ao povo do Distrito Federal.

E não é isso que eu quero nem nossos nobres colegas. Tenho certeza, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de que não é isso que nenhum de vocês querem. Nem é isso que a população espera de todos os 24 Deputados Distritais.

Se o problema é falta de gestão, temos que nos debruçar sobre esse tema e apontar soluções para isso, buscar alternativas, ouvir o que a população quer e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

precisa e adequar essa expectativa ao que podemos ofertar, propor leis eficientes e cobrar o cumprimento dessas leis.

Se o problema é falta de recursos, também cabe a nós, como Deputados, buscar alternativas e formas de contribuir para que os recursos que existem sejam usados de forma responsável e aplicados na gestão de saúde pública.

O que não dá mais, meu amigo Joe, é para a gente ler nos jornais que pessoas estão morrendo porque não encontram vaga em uma UTI. Aí, o governo se justifica dizendo que a crise econômica minguou os recursos para investimento. Será que é justo que uma vida se vá justificada pela falta de recursos? Isso, não dá para aceitar. Até porque, se os recursos minguaram, cabe ao governo e também a nós, Parlamentares, zelarmos para que os recursos existentes não sejam desviados nem usados de forma indevida.

Estamos falando de vidas, nobres colegas. Por isso, utilizo este espaço para falar à população do DF, que hoje sofre com tudo isso que está acontecendo; para falar aos familiares daquele bebê que morreu à espera de uma UTI, Deputado Delmasso e Deputada Luzia, conforme noticiaram os jornais o tempo todo.

Isso não muda, a situação continua a mesma. Eu não posso ser omissa com as vidas que se vão por falta de um leito de UTI nem com o sofrimento de qualquer pessoa que esteja debilitada por alguma doença e ainda tem que sair de casa, muitas vezes de ônibus, pagar uma passagem, esperar em uma fila para pegar um remédio e acabar voltando para casa sem o medicamento. Não posso ser omissa com vidas e não dedicar atenção especial à destinação de recursos para a saúde. Sempre carreguei comigo a integridade de cumprir o que acredito ser certo. E ser certo para mim é ter a tranquilidade de trabalhar para o melhor da população. Ser correto para mim, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é não ser picareta, que, conforme o dicionário, professor, significa "QUEM PROCURA APROVEITAR-SE DOS OUTROS, ATRAVÉS DE ENGANOS OU MENTIRAS". Isso, eu tenho o orgulho de nunca ter feito. Eu tenho esperança de que esses números absurdos de mortes à espera de uma UTI possam diminuir; de que o fim de quem busca socorro na rede pública de saúde não seja a morte, mas a cura, o tratamento. Essa esperança, eu transformo em tentativas de melhoria para as pessoas, como em muitos de meus projetos de lei apresentados nesta Casa. Posso citar alguns deles: a própria Lista Limpa da Saúde, que já virou lei; o projeto de lei que pretende dar prioridade ao paciente diabético ou idoso diabético nas filas de atendimento; o projeto de lei que pretendia diminuir a alíquota de ICMS dos remédios genéricos, para tornar os medicamentos mais baratos para a população mais carente; o envio de recursos de emendas para a digitalização, Deputado Raimundo Ribeiro, do sistema de imagens dos hospitais do DF, que, se tivesse sido feito, estaria gerando uma economia de cerca de 11 milhões por ano ao governo; o envio de recursos de emendas para a construção de postos de entrega voluntária de lixo, que, se tivesse sido feito também, teria contribuído muito para diminuir o número de casos de dengue, zika e chikungunya no DF; o projeto de lei que prioriza as cirurgias eletivas, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Delmasso, daqueles que estão com os exames prontos, para que não percam a validade desses exames. Essas são exemplos de algumas das minhas contribuições dentro desta Casa, para que a população seja beneficiada, agindo sempre dentro da resolução que rege a ética e o decoro parlamentar, a mesma resolução que diz que os Deputados devem combater e denunciar o clientelismo, o empreguismo e a corrupção em todas as suas formas, se empenhar na defesa dos interesses dos cidadãos e exercer o mandato com respeito à vontade popular.

Acredito muito nesta instituição e respeito-a. Faço parte desta Casa com muito orgulho. Aqui, tenho muitos colegas que cumprem o seu dever parlamentar de pessoas ilibadas, pessoas que, mesmo tendo opiniões distintas das minhas, merecem o meu respeito, Deputado Chico Leite, e o do povo do DF. Colegas que nunca seriam coniventes, Deputado Chico Vigilante, com qualquer ato ilícito que pudesse ser cometido contra o povo da nossa capital.

Sei que meus nobres colegas e jornalistas que aqui estão devem estar esperando por algum pronunciamento meu referente aos dias que fiquei afastada desta Casa, em licença não remunerada; à semana que estive de atestado médico para fazer alguns exames e às denúncias que fiz ao Ministério Público.

Sobre meu afastamento, não achei justo que a Câmara Legislativa pagasse meu salário, Deputado Chico Vigilante, durante o tempo que eu estava usando para me defender de algumas acusações que me foram feitas, seja por causa das denúncias que fiz, seja por causa de uma representação contra mim, feita pela ONG Adote um Distrital. Enquanto cuidava da minha defesa, não recebi salário.

Há duas semanas, apresentei um atestado na Casa, justificando a minha ausência. Fiz exames a pedido do meu médico, exames, inclusive, em caráter de urgência.

Sobre as denúncias, tenho certeza de que muitas coisas já foram explicadas. A maioria delas explicadas por si sós. O teor das denúncias, também acredito que seja do conhecimento de todos desta Casa e também da população do DF. Foram feitas ao órgão que tem competência para apurá-las, e tenho certeza e confiança de que serão, pois o Ministério Público sempre agiu com isenção, com responsabilidade e com transparência.

Por fim, quero reforçar meu compromisso com a verdade e com a população do Distrito Federal. Quero reforçar que sempre agirei dentro da ética, da transparência e em defesa do povo. Quero reforçar que minha consciência sempre esteve tranquila em relação a tudo que fiz e que me comprometi a fazer.

Não sou apenas um sobrenome. Sobrenome esse que me orgulho demais, Deputado Chico Vigilante, de uma família que trabalhou muito pelo Distrito Federal e que tem total reconhecimento da sociedade, principalmente daqueles que sempre tiveram seus direitos respeitados. Foi assim nas gestões Roriz. Sobrenome que trago comigo não apenas em cinco letras, mas no DNA. Sobrenome que me dá orgulho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

quando saio nas ruas e as pessoas me reconhecem como herdeira única de Joaquim Roriz.

Sou Liliane Roriz, Deputada Distrital eleita já para meu segundo mandato. Não cheguei aqui do nada. Sempre honrei o berço político onde nasci. Sempre soube onde compartilhar minhas ideologias e nunca fugi delas. Meu trabalho e meu respeito ao povo do Distrito Federal são a minha certeza de que estou no caminho certo.

Estou aqui de volta para trabalhar ainda mais para garantir os direitos do povo, fiscalizar as ações do governo e dar respostas aos anseios da sociedade. Trabalhar para a população que tanto sofre com carências não só na área da saúde, mas nas de educação, transporte, segurança, ações sociais e habitação.

Tenho compromisso com o povo do Distrito Federal e me coloco junto daqueles que trabalham seriamente por esta cidade. Esta Casa tem o dever de retribuir toda a confiança depositada em nós.

Muito obrigada, e que Deus ilumine a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de hoje eu quero tratar de dois assuntos, do meu ponto de vista, da mais alta importância.

Primeiro, eu quero falar, Deputado Agaciel Maia, dessa ideia absurda do pessoal da ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal, que não teve nenhum cuidado com a prevenção para que não faltasse água, e que agora, quando retardaram as chuvas sobre o Distrito Federal, ameaça a população do Distrito Federal, Deputado Raimundo Ribeiro, querendo aplicar uma multa de 40% sobre os usuários de água. Eu já disse aqui: um banho fresco, com água boa, é ainda um dos poucos prazeres que a gente tem em Brasília. Até isso querem tirar da gente. E eu pergunto: aumentar a taxa vai fazer chover mais? São Pedro disse que tem que aumentar a taxa, se não ele não manda chuva? Ele não disse nada disso. São Pedro não disse para aumentar a taxa para ele mandar mais chuva. A Adasa fez alguma campanha de prevenção? Fez nada disso.

Portanto, eu acho que seria muito mais inteligente, Deputado Chico Leite, criar uma promoção para quem diminuir o gasto ter um abatimento na conta. Ou seja, eu diminuo o gasto e abatem na minha conta. Porque quem gasta, quem tem dinheiro, vai continuar gastando; quem não tem, precisa desse incentivo. E são poucas pessoas que ainda têm. Eu fico, cá com os meus botões, imaginando: acho





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

que o Governador Rollemberg escolheu uma turma que não gosta de Brasília nem gosta dele, porque é cada burrice, cada coisa que surge, que tem que sair da cabeça de um jumentinho. Não é nem de um jumento. O jumento do Piauí é mais inteligente do que essa gente. Como diz o Deputado Raimundo Ribeiro: “Vamos respeitar o jegue”. Está certo. Mas que são burros, são.

Portanto, Deputado, eu não aceito aumento de taxa de água, como não aceito, também, o aumento do IPTU. Até porque, no ano passado, nós fizemos um belo debate aqui nesta Casa e sugerimos – o Deputado Agaciel Maia é testemunha – que era importante fazer o georreferenciamento de todos os setores do Distrito Federal e aí aplicar a taxa que seja correta, e não querer aumentar agora o IPTU!

Deputado Raimundo Ribeiro, eu estive conversando ontem com uma empresária ali da Asa Norte, de um restauantezinho, Deputado Agaciel Maia, que há lá na 715. Ela me dizia que há cerca de 140 restaurantes que vão fechar no Distrito Federal porque a clientela caiu, e eles não dão conta mais de pagar as taxas todas que são estipuladas – além da perseguição que ainda estabeleceram por parte da AGEFIS – Agência de Fiscalização. Portanto, está na hora de parar; está na hora de se incentivar que se gere emprego no Distrito Federal porque já temos a maior taxa de desemprego da nossa história.

Segundo assunto, também da mais alta importância: eu quero fazer um apelo ao Tribunal de Contas do Distrito Federal. Há seis meses o Governador Rollemberg encaminhou um processo de licitação do trabalho de segurança privada do Distrito Federal. Faz seis meses que está tramitando, Deputado Agaciel Maia, e não sai porque o tribunal parou o processo quando poderia já ter corrigido e liberado para a licitação. Vai diminuir o preço do contrato da prestação de serviço de segurança privada e vão se manter os postos. Mais de mil vigilantes já foram demitidos em função da lentidão desse processo que está tramitando no Tribunal de Contas.

Portanto, eu espero que o Tribunal de Contas libere para que a licitação aconteça e preserve o emprego daqueles trabalhadores. O vigilante que perde o emprego hoje não arruma mais emprego no Distrito Federal. E não é só o vigilante, qualquer categoria hoje no Distrito Federal, qualquer trabalhador que perde o emprego – jornalista, trabalhador da limpeza, rodoviário, qualquer um – não arruma outro, pois não há emprego no Distrito Federal porque as autoridades infelizmente não estão incentivando a geração de emprego.

E, quando alguém, Deputado Agaciel Maia, se preocupa, ainda vimos uma situação como a de V.Exa. – que tem a minha inteira solidariedade –, que foi colocado como um cidadão que cometeu improbidade administrativa, simplesmente porque teve a coragem de relatar um projeto do REFIS – Programa de Recuperação Fiscal. Não é perdão de dívida. Na verdade, o que está se discutindo ali são taxas extorsivas de até 200%, de um tempo em que este País tinha uma inflação incontrolável – e continuam cobrando a mesma taxa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Tenho aqui o nobre Deputado Chico Leite, que é integrante do Ministério Público. Acho que está na hora, Deputado Chico Leite, de o Ministério Público também descer para ver como é que vive o povo em Ceilândia, como V.Exa. fazia, ver como é a situação que os comerciantes estão vivendo, ver a situação que os trabalhadores, os servidores estão vivendo, para colaborar. Brasília precisa da colaboração de todos, sob pena de não se sustentar.

Por último, quero prestar minha solidariedade às esposas e aos familiares dos militares que estão aqui cobrando um direito justo, cobrando uma obrigação do Estado, que é o plano de saúde de vocês. Fico imaginando a cabeça de um policial que sai para a rua, de um combatente, com essa situação da violência crescente no Distrito Federal. Ele sai sem saber se vai voltar e não tem nem a tranquilidade de saber que, nos períodos em que ele está lá na rua, se a esposa passar mal, o filho passar mal, vai ter o atendimento médico adequado. Qual a tranquilidade que esse homem tem para atuar nas ruas?

Portanto, Governador Rollemberg, vamos corrigir essa injustiça e vamos pagar os planos de saúde para que esses trabalhadores da segurança tenham o mínimo de tranquilidade para suas famílias. Vocês têm a minha inteira solidariedade no sentido de esse problema ser resolvido. Esse não é um problema de Base ou de Oposição. Eu sou da Oposição, mas acredito que os Deputados aqui que são da Base – Deputado Agaciel Maia, Deputada Luzia de Paula, meu amigo Deputado Joe Valle, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Chico Leite, Deputado Prof. Israel – estão todos solidários com vocês.

Portanto, eu sugiro aos companheiros, sugiro a cada um de nós, Deputado Agaciel Maia, que façamos uma corrente e liguemos para o Governador para prestar a nossa solidariedade a essas senhoras que vieram aqui de maneira ordeira buscar o atendimento às suas famílias. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando o Comunicado de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu liberei minhas emendas, que estão na reserva de contingência, para que o Governador faça o que quiser delas. Portanto, elas podem ajudar a pagar o plano de saúde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito bem, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar os nobres colegas, todos os presentes, as esposas dos policiais militares que ali se encontram.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Eu quero dizer que esta Casa tem uma responsabilidade muito grande com a cidade. Esta Câmara tem que fazer o possível para que consigamos arcar com os compromissos assumidos pelo governo e para que consigamos também criar condições de desenvolvimento econômico na cidade. Diante dos últimos acontecimentos e do questionamento de um membro do Ministério Público a respeito de uma decisão sobre o Refis aqui na Casa, eu queria dizer que trabalhar a renegociação de dívidas é uma prática muito comum. Quando o credor, aquele que tem a receber, entende que o devedor não terá condições de pagamento, a não ser que este seja facilitado, é comum, no mundo inteiro, que se faça uma renegociação da dívida, que se perdoem multas, que se faça um parcelamento. Nós sabemos que, na maioria dos casos, não houve a intenção de se tornarem devedores.

Eu chamo a atenção para um problema endêmico no País que precisa de solução: Nós precisamos de uma reforma tributária, nós precisamos simplificar o nosso sistema de pagamento de tributos para evitar a inadimplência, que é propiciada pelo nosso sistema. Depois, nós temos de fazer renegociações das dívidas, porque os bons pagadores são engolidos pela complexidade do sistema de pagamento de impostos do nosso País.

Eu quero apenas deixar registrado que eu considero a minha decisão de emitir parecer favorável ao Refis muito correta; uma decisão que eu tomaria novamente. Esse tipo de ação contra os Deputados acaba prejudicando a atividade Parlamentar, acaba deixando os Deputados em uma situação de insegurança jurídica. Eu tenho certeza de que muitos de nós, em algum momento da vida, já tivemos dificuldades para pagar um IPTU ou um IPVA. Em uma situação de desemprego como a nossa, considerar que o perdão das dívidas significa abrir mão de receita é ter profundo desconhecimento da vida real, na qual, a gente sabe, o Estado não receberia essas dívidas se não renegociasse esse pagamento.

Eu quero deixar registrado, Presidente, que foi uma decisão que agora me traz uma interrogação do Ministério Público, mas eu estou pronto para fazer a defesa, porque o Refis serviu ao interesse da sociedade e eu estou aqui sempre para atender ao interesse público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando o Comunicado de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero aqui agradecer, mais uma vez, a presença de todos vocês, famílias dos policiais militares. Também quero agradecer a parceria do Deputado Juarezão, que está aqui na Mesa e que vai nos ajudar juntamente com todos os Deputados. A nossa missão é cobrar deles para pagar logo a saúde de vocês. Eu quero dizer aos Parlamentares que todos podem ajudar porque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

a gente libera a emenda. E não somos nós que fazemos o pagamento, mas o Executivo. Não existe nada de propina nesta Casa, não. Quem falou é um safado mesmo, viu gente! Era isso que eu queria dizer a vocês.

Não me arrependo nenhum minuto por ter destinado a emenda para o Executivo pagar a saúde de vocês. Se precisar, eu faço de novo. Não tenho rabo preso com ninguém. Quem achar que eu estou envolvida em alguma falcatura, que pegue as minhas contas e vá pagar. É muito fácil ficar a imprensa aí... Não estou falando de todos. Há jornais e televisão que respeitam as pessoas, mas há uns que só vivem da miséria dos outros. Isso é verdade. Ninguém vai ter coragem de falar o que eu estou falando aqui. Quem achar que eu estou envolvida em alguma coisa, que pegue as minhas contas e vá pagar. Volto a dizer que não me arrependo do que eu fiz. O que for preciso fazer para melhorar a saúde, a gente faz, principalmente a de vocês. Na hora em que vocês estão lá com as famílias doentes, o marido de vocês está na rua, defendendo a população. Isso ninguém vê. Nesta Casa, nós somos 24 Parlamentares. São pessoas sérias. Não há ninguém envolvido em rolo nenhum. Tem que provar. É muito fácil ficar do outro lado atirando pedras.

Vocês podem contar comigo. Vocês podem contar com os demais Parlamentares também. São pessoas sérias que foram eleitas pelo povo. Se a Casa é do povo, temos mais que ajudar a vocês.

Aguardem um minuto que o Deputado Juarezão vai falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, membros da imprensa, familiares dos policiais militares que estão presentes, a Polícia Militar tem a minha solidariedade, a minha ajuda para resolver essa questão do plano de saúde dos policiais militares do Distrito Federal. É uma questão urgente.

Eu gostaria de começar a minha fala com esse tema, Deputada Telma Rufino e Deputado Juarezão, Presidente em exercício desta Casa. Eu acredito que não seja necessário o remanejamento nem a utilização de emendas parlamentares, Deputado Prof. Israel, para resolver o problema do plano de saúde da Polícia Militar do Distrito Federal. O Fundo Constitucional do Distrito Federal, que tem a natureza de financiar o custeio da segurança pública do Distrito Federal, pode ser utilizado para custear os planos de saúde da Polícia Militar do Distrito Federal, tendo em vista que ela é uma força que faz parte do sistema de segurança pública da Capital da República. A origem do Fundo Constitucional é justamente para financiar o sistema de segurança pública da Capital da República. Brasília é a Capital da República, segundo prevê a Constituição da República Federativa do Brasil, por isso tem o direito de receber o Fundo Constitucional, que, prioritariamente, deve financiar e custear todas as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

despesas, sejam elas de pessoal, de manutenção e também de custeios e investimentos das forças que compõem o sistema de segurança pública.

Então, eu acredito – e aqui eu quero deixar uma fala a todos os familiares – que não seja necessária a utilização de emendas parlamentares: nós até não estamos vivendo um clima muito bom para falar sobre isso. Contudo, o governo, ou até mesmo o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, pode, sim, utilizar parte dos recursos destinados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal para quitar as dívidas, manter o plano de saúde dos policiais militares e regularizar toda a situação.

Quero dizer, Deputado Chico Leite, que essa sugestão que eu estou apresentando aqui no plenário é legal, está dentro da legislação, e isso está dentro do escopo do financiamento do Fundo Constitucional, por isso, na minha avaliação, não seria necessário nenhum tipo de remanejamento para financiar os planos de saúde. Seria necessária somente a utilização do que se coloca do Fundo Constitucional. Alguns levantam dizendo que o Fundo Constitucional provavelmente não vai ter recursos para fazer esse financiamento. Eu quero aqui fazer um levantamento. Provavelmente, o Fundo Constitucional deve devolver aos cofres da União, caso não haja nenhum remanejamento ou não haja uma utilização de emergência como alguns falaram, em torno de 4 a 5 milhões de reais. Eu acredito que esse é um primeiro passo para que se comece a regularizar todos os custos que são apresentados pelos planos de saúde. Então, na minha avaliação, esse recurso que vai “sobrar” – entre aspas – e que poderá ser devolvido no final deste ano à União deve ser utilizado para começar a regularizar o plano de saúde da Polícia Militar do Distrito Federal.

O próprio comando e a própria Secretaria de Estado de Segurança Pública podem priorizar isso aí tendo em vista que, no ano que vem, haverá uma majoração, um aumento do repasse do Fundo Constitucional do Distrito Federal para os cofres do governo em torno de 700 milhões. A Secretaria de Estado de Segurança Pública deverá, na minha avaliação, priorizar o pagamento do plano de saúde dos policiais militares.

O que eu estou dizendo para vocês aqui é que a solução está dentro da gestão, a solução está dentro de casa, e, muitas vezes, repassam para as pessoas meias verdades. O que eu quero dizer é que o Fundo Constitucional deve devolver recursos, e é injusto devolver recursos e deixar os policiais militares sem o pagamento do seu plano de saúde. Ora, ou há alguém aqui neste plenário ou nesta plateia que quer que o Fundo Constitucional devolva recurso e os planos de saúde não sejam pagos? Eu tenha certeza de que não.

Então, Deputado Chico Leite, o que eu defendo é que o Fundo Constitucional do Distrito Federal não devolva um centavo, que aquilo que sobrar seja para fazer o pagamento dos atrasados. Ainda mais: que seja colocado para regularizar os planos de saúde da Polícia Militar do Distrito Federal. Isso é uma coisa que está, vamos dizer assim, ao alcance da gestão e do gestor do Fundo Constitucional do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Federal. É essa a cobrança, justamente, que nós fazemos aqui no plenário: que o gestor do Fundo Constitucional – aí eu não falo do Comandante da Polícia e nem da Secretária de Segurança Pública, eu falo do gestor do Fundo Constitucional – faça o pagamento imediatamente dos atrasados utilizando o recurso que está sobressaindo do Fundo Constitucional.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO DELMASSO – Eu queria pedir só o respeito de vocês porque eu estou terminando o meu discurso e, na realidade, estou defendendo o interesse de vocês. Talvez vocês não estejam compreendendo. Eu estou dizendo o seguinte: que tem como solucionar isso, existe uma solução, ou vocês querem que o Fundo Constitucional devolva recursos para a União e vocês fiquem no limbo?

Na realidade, existem condições de se resolver isso. Não é necessário que haja emenda parlamentar, é só utilizar os recursos do Fundo Constitucional que estão sobrando e que vão ser devolvidos para que se faça o pagamento ainda este mês dos recursos.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO DELMASSO – Tem sim. Existe recurso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Por favor, respeitem o Deputado que está falando. Ele vai ajudar vocês.

DEPUTADO DELMASSO – É por isso que eu digo para vocês: quando dizem meias verdades e as pessoas acreditam nessas meias verdades, Deputado Cristiano Araújo, infelizmente o diálogo não acontece. O que eu estou dizendo aqui é a verdade. Se qualquer um de vocês acessar o sistema de gestão governamental do Governo do Distrito Federal vai ver que existe, sim, um superávit no Fundo Constitucional do Distrito Federal na ordem de 4 a 6 milhões de reais. Se o governo não fizer o pagamento daquilo que deve ser pago, o recurso vai ser devolvido à União. É justo devolver à União e não pagar o plano de saúde? Eu acho que não é justo.

Eu queria, Sr. Presidente, falar aqui também sobre um projeto que foi apresentado hoje pelo Governo Federal que fala sobre a adoção de crianças. É um projeto que visa reduzir o período e o tempo de espera daqueles casais que querem adotar crianças não só no Distrito Federal, mas em todo o Brasil. Esse projeto vai ser, na realidade, encaminhado e foi ponto de notícia de uma rádio aqui em Brasília, da CBN, e eu queria aqui colocar alguns pontos porque hoje uma família que quer adotar uma criança espera, no mínimo, de três a cinco anos para conseguir a liberação da sua adoção. E o projeto que foi apresentado pelo Governo Federal, que vai ser encaminhado por medida provisória ao Congresso Nacional, vai delimitar um prazo para que qualquer processo de adoção, Deputada Sandra Faraj, possa ser resolvido em 120 dias prorrogáveis por igual período, dando um prazo para o casal ou para a pessoa que quer adotar uma criança. Pasmem, existem hoje 43 mil crianças na fila de adoção e existe, Deputado Prof. Reginaldo Veras, cerca de 37 mil



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

peças que querem adotar e que estão esperando na fila da adoção o desenrolar jurídico para que haja a adoção.

Essa medida provisória que está sendo encaminhada pelo governo cria também algumas modalidades que não existem na legislação. A primeira modalidade é a entrega voluntária. Existe uma previsão da entrega voluntária de crianças e adolescentes pela mãe ou pela gestante, mas não há regras claras de como deve ocorrer essa entrega voluntária por mães e gestantes, caso talvez aquela mãe não queira criar o seu filho. Esse projeto que vai ser encaminhado ao Congresso Nacional estabelece quais são as regras da entrega voluntária, como, por exemplo, a gestante mãe será acolhida pela Justiça da Infância e da Juventude e também coloca sobre regras em relação à manifestação do pai e sobre a entrega à adoção. Ele também estabelece regras sobre como a família extensa – avós, tios, irmãos – poderá ser contactada nessa questão também da adoção.

Outro regramento que vai ser criado, Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. que é o presidente da Comissão de Educação Saúde e Cultura, é o apadrinhamento afetivo. Eu acho que essa instituição é um avanço na legislação de adoção aqui no País. O Estatuto da Criança e do Adolescente não prevê, em nenhum momento, esse tipo de instituição. A institucionalização do apadrinhamento afetivo estabelece que pessoas acima de 18 anos poderão apadrinhar crianças que estão em instituições de acolhimento e proporciona aos afilhados vínculos afetivos externos à instituição. Além de permitir que a criança seja levada a passeios nos finais de semana, comemoração de aniversários ou datas especiais, o padrinho também serve, Deputada Sandra Faraj, como – olha só que interessante – referência moral, afetiva e educacional ao afilhado e se puder e desejar pode colaborar na assistência à saúde, educação, qualificação profissional do afilhado.

Isso aqui é uma resposta a centenas de milhares de crianças, Deputada Luzia de Paula, que se encontram em abrigos como os que existem na Asa Norte e na Asa Sul e não conseguem ter condições. Crianças abandonadas, que foram pegadas na rua, hoje a legislação brasileira não permite que eu possa apadrinhar essa criança e ser uma referência moral e ética para ela. A legislação brasileira não permite isso, e não permite sequer que eu faça um vínculo afetivo com essa criança. Só permite se eu fizer um processo de adoção, tirá-la do abrigo e colocá-la dentro da minha casa. Deputado Joe Valle, na minha avaliação isso é um avanço, porque quantos avós gostariam de apadrinhar crianças que estão em abrigos, até dando um suporte financeiro e educacional a elas? Infelizmente, a legislação hoje não permite.

Outro avanço que eu queria citar – estou me alongando um pouco no discurso porque eu acho importante fazermos o debate nesta Casa – é o cadastro de adoção. Hoje, infelizmente, para fazer a adoção de qualquer criança, você só pode fazer a adoção das crianças que estão no cadastro do Conselho Nacional de Justiça. Existem hoje 7 mil crianças cadastradas no cadastro do Conselho Nacional de Justiça. A lei que está sendo encaminhada por medida provisória, pelo Presidente Temer ao Congresso Nacional, avança na previsão legal, estabelecendo que os cadastros locais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

e o cadastro nacional de adoção serão geridos pelo Conselho Nacional de Justiça, e devem ser integrados. Isso, Deputada Sandra Faraj e Deputado Juarezão, é avanço porque vai dar oportunidade aos estados e municípios de criarem seus cadastros de adoção, e esses cadastros vão ser integralizados.

Ou seja, imaginem uma criança que foi abandonada no interior deste país. Não existe fórum naquela cidade, não existe representação do Ministério Público, e a única coisa que eles têm é uma prefeitura. A Secretaria de Ação Social quer fazer um cadastro de adoção daquela criança e não pode, porque a legislação diz que o cadastro tem que ser feito pelo Conselho Nacional de Justiça. O prefeito daquela cidade tem que sair dali, trazer o cadastro até Brasília ou à sucursal mais próxima da sua cidade, para fazer o cadastro. Enfim, a burocracia está impedindo que as nossas crianças possam encontrar uma família.

Para finalizar, a estabilidade no emprego para o adotante – o Deputado Joe Valle foi Secretário de Trabalho e fez um belíssimo trabalho quando esteve à frente da secretaria –, na minha avaliação, é o principal avanço na política pública de valorização da família. Aqui eu quero parabenizar o Presidente Temer, que teve coragem de enfrentar qualquer tipo de preconceito e encaminhar essa legislação para o Congresso Nacional. É uma resposta, Deputada Sandra Faraj, àquelas mães que ficaram grávidas indevidamente e querem abortar. É uma resposta contra o aborto, é uma resposta que defende a família. Dá àquela criança que não tem nada a ver, que não tem culpa nenhuma, o direito de ter uma família, mesmo que não seja a sua família natural.

Quanto à estabilidade no emprego para o adotante, hoje o trabalhador e a trabalhadora adotante têm direito à licença maternidade, e também têm direito ao salário maternidade, mas não têm a estabilidade no emprego que os demais trabalhadores e trabalhadoras possuem, desde a gravidez até cinco meses após o parto. Ou seja, se qualquer pessoa adotar uma criança, ela tem direito a sua licença, vai ter direito a sua remuneração, mas logo em seguida ela pode ser demitida. Existe esse tratamento diferenciado. A legislação encaminhada pelo Presidente Temer diz o seguinte: o adotante, seja mulher ou homem, sozinho ou casado, terá a mesma estabilidade da empregada gestante, desde a concessão da guarda provisória até cinco meses após a sentença de adoção. Esse é um benefício para a criança e não para os pais.

Aqui eu quero reforçar que essa política e essa medida provisória, Deputado Prof. Reginaldo Veras, na minha avaliação, fortalecem os valores da família. É uma saída para aquelas mães que muitas vezes ficaram grávidas sem planejamento, e para aquelas adolescentes que muitas vezes ficaram grávidas, mas não queriam ficar grávidas. A única saída apresentada a essas adolescentes nos rincões do País é o aborto ilegal. Essa medida vai de encontro ao aborto ilegal, garantindo o direito de a criança ter uma família, ter educação, ter saúde e ter qualidade de vida.

Era isso, Sr. Presidente.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Comunico ao pessoal da associação que nós já pedimos ao José Flávio que marque um encontro com o governo para tentarmos resolver a situação de vocês.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa noite. Eu quero falar hoje sobre três tópicos que considero de suma importância.

O primeiro é que vivemos uma realidade muito dura, muito difícil. Muitas vezes é difícil pensar no próximo porque nós temos que cuidar da nossa vida para que consigamos sobreviver nesse momento difícil. Eu quero falar principalmente sobre a questão da habitação, Deputada Luzia de Paula. Nós estamos vivendo um momento duro porque temos invasões em todos os lugares do Distrito Federal. Por que será que temos tantas invasões? As pessoas compram seus lotes e constroem suas casas. Por que elas fazem isso? Porque não existe oferta de lotes para todos, e as pessoas precisam morar efetivamente. Então, a questão da política habitacional no Distrito Federal precisa ser priorizada, Deputada Telma Rufino, nossa Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários. Ela precisa ser prioridade nesta cidade, as pessoas precisam ter espaços oferecidos pelo governo, lotes urbanizados, que hoje seriam a solução para esse processo.

De qualquer forma, estamos vendo um processo de derrubadas enorme – não sou contra isso totalmente –, mas a forma como vem sendo feito não pode continuar. O governo precisa oferecer algo para essas pessoas. Está claro que não tem jeito, o governo perdeu a guerra contra o grileiro. Já perdeu, está apenas remediando. Então, o que o governo precisa fazer? Ir para dentro do processo e competir com essa pessoa, ofertando lotes de boa qualidade para as pessoas que precisam morar, porque elas estão construindo de qualquer forma. Se a Novacap ou outros órgãos colocarem à disposição dessas pessoas engenheiros e técnicos, elas vão seguir a técnica e vão construir com a técnica.

Eu vejo que a situação é drástica, dramática. Eu estive em uma secretaria há pouco, que pagava o aluguel social por seis meses. Aquelas pessoas eram removidas, tiradas dos lugares, das invasões, das ocupações, e se colocava o aluguel social. Em seis meses terminava, elas iam para onde? Voltava o mesmo processo. Gasta-se o recurso, isso acontece hoje, continua acontecendo, e nós não resolvemos o problema.

Esse é um momento importante, e nós desta Casa podemos trabalhar, podemos ajudar o governo nesse momento difícil para termos certeza absoluta de que as pessoas vão conseguir espaço para morar. Senão, não tem jeito, vai continuar assim. Qual a consequência disso, Sr. Presidente? A consequência é a impermeabilização, é a morte das nascentes, a consequência é falta de vagas nas escolas, é a violência e a falta de cuidado com as nossas crianças principalmente. O governo não consegue acompanhar o avanço do crescimento populacional



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

desordenado, que desencadeia uma crise de insustentabilidade completa nesta cidade.

Ficamos cuidando muito de coisas pontuais e esquecemos as questões estruturantes. Habitação hoje no Distrito Federal é fundamental para muitas outras coisas: interfere na saúde, interfere na violência, interfere no trabalho. Esse é o primeiro ponto em que eu gostaria de tocar.

A segunda coisa com que eu estou muito preocupado é o Hospital da Criança. Eu conheço o Hospital da Criança. Já fui lá algumas vezes. Fui lá para fiscalizar como Presidente da Comissão de Fiscalização, mas fui lá para conhecer também. E a gente percebe a paixão das pessoas que trabalham naquele hospital. A gente vai ao Hospital da Criança e vê que as pessoas são apaixonadas pelo que fazem. É uma coisa impressionante o nível de hotelaria daquele hospital. Lógico, é aquele tipo de hospital daquele jeito. Se houvesse uma emergência, provavelmente teria outro formato, mas as pessoas continuariam apaixonadas trabalhando lá.

Então, eu quero dizer aqui que nós precisamos criticar, sim, mas criticar com responsabilidade, fazer o nosso papel com responsabilidade, fiscalizar com responsabilidade, porque nós podemos, em determinado momento, agredir tanto as pessoas que não têm nada a ver com o processo, que elas vão desistir e parar com o seu altruísmo. Naquele hospital, há mais de cem pessoas que são da Secretaria de Saúde, que estão lá, recebem seus salários por lá, têm uma contrapartida. Nós precisamos muito de serviços de excelência na saúde, e nenhuma crítica àquele trabalho ou questionamento deve ser feito sem o devido cuidado. Lógico, se está tendo problema, tem que questionar mesmo, mas a gente tem que preservar o usuário, tem que preservar o cidadão, fazer todas as críticas com responsabilidade e preservar o cidadão.

Eu conheço o Hospital da Criança e gostaria de me colocar como uma bancada do Hospital da Criança, na defesa desse hospital, na defesa do modelo de trabalho que ele faz.

Nosso bloco já definiu que somos contra a implantação das OS como estão querendo implantar, mas o processo, quando dá certo, nós temos que falar que deu certo, e o Hospital da Criança é um hospital que deu certo. Então, Sr. Presidente, esse era o segundo assunto que eu gostaria de comentar.

A terceira coisa é que eu volto a bater na mesma tecla, que é a tecla da questão da água no Distrito Federal. É impressionante como nós vivemos na reação, na reatividade. Nós só reagimos. O governo é reativo. Deveríamos ter um governo proativo ou um governo em rede, mas os governos são reativos. Nós temos aqui a possibilidade de, nesta crise – graças a Deus, começa a chover e nos esquecemos de tudo –, neste momento, tomar todas as medidas necessárias para evitar esse racionamento e a falta d'água numa próxima estação seca, porque isso é só um alento que está vindo. O problema continua. O nível de consumo nosso é acima do que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Nós consumimos muita água



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

por cidadão. O interessante aqui é que onde o nível de renda é maior o consumo de água aumenta, chegando a um consumo de, aproximadamente, 570 litros de água por dia por habitante nas casas do Lago Sul. Por habitante! Na média, 180, e, em algumas regiões, 120, 130 litros de água, como em Sol Nascente, por exemplo. Então, vejam a disparidade disso e aonde vamos chegar. É urgente que tomemos medidas adequadas. Eu já falei as medidas que eu acho que deveriam ser adotadas.

Primeiro, a implementação do programa Produtor de Água. É um programa barato e fantástico, que poderia ser implementado em toda a área rural do Distrito Federal, em toda a área rural, Deputado Juarezão. Faço a sugestão de V.Exa. levar para Brazlândia o programa Produtor de Água. É um programa que paga por serviços ambientais, faz pagamentos por serviços ambientais de uma forma estruturada, com a ANA, a Adasa, a Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura, Embrapa, Emater. São inúmeras as instituições que participam para fazer uma organização da área rural no sentido de manter e produzir água. Um produtor rural, além de alimentos, produz água também quando ele preserva as nascentes. Então, a implementação do programa Produtor de Água é a minha sugestão.

Depois, a questão da educação ambiental. Eu quero fazer uma sugestão, Deputado Prof. Reginaldo Veras e minha amiga, Professora Deputada Luzia de Paula: Escola da Natureza. Nós temos um programa fantástico em Brasília, que só existe em uma região administrativa. Que a gente consiga implementar educação ambiental, Escola da Natureza, em todos os parques que têm condições de receber uma Escola da Natureza no Distrito Federal para educar as nossas crianças. Se nós não educamos as nossas crianças, efetivamente não teremos futuro. Vamos ficar aqui discutindo este processo de reagir o tempo inteiro. Esta é uma lógica de extrema importância, a parte da educação ambiental.

Eu queria aqui pedir o apoio aos meus companheiros Deputados, para que possamos fazer essa grande campanha da construção e da manutenção do que está aí em termos de Escolas da Natureza em todos os parques do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu queria falar sobre isso hoje e, logicamente, quero, ao final aqui, fazer um apelo à minha Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários – que ficou aqui até o fim – sobre a questão da lei de regularização das terras rurais do Distrito Federal. Então, é uma campanha, é um apelo, pois os nossos produtores chegaram aqui há cinquenta anos, fizeram todo um trabalho, moraram embaixo de lonas, trabalharam a vida inteira, criaram seus filhos e não têm a segurança jurídica no que diz respeito às suas terras. Isso é muito complexo em todo o processo, porque sem a segurança jurídica e sob um ataque enorme da especulação imobiliária, corremos um risco muito sério de vermos a nossa Capital chegar a um processo de instabilidade e insustentabilidade total.

Portanto, eu quero pedir aos meus companheiros aqui que possamos estudar com tranquilidade e rapidez este projeto de regularização, que vai ser muito importante para os produtores rurais aqui do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   10   2016	16h35min	85ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Constata-se que não há em plenário o quórum necessário para darmos continuidade à sessão.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h28min.)